Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE

doi.org/10.51891/rease.v12i11.31768

PERCEPÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA SOBRE O INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA NA AMAZÔNIA

PERCEPTIONS OF STUDENTS WITH DISABILITIES REGARDING ENTRANCE TO HIGHER EDUCATION AT A PUBLIC UNIVERSITY IN THE AMAZON REGION

PERCEPCIÓN DE LOS ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD SOBRE EL ACCESO A LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN UNA UNIVERSIDAD PÚBLICA DE LA AMAZONÍA

Emerson Silva dos Santos Junior[1]
Gabriela de Sousa Duo[2]
July Ane Almeida Batalha Rodrigues[3]
Thainá Kássia Lima Rabelo[4]
Jade Cibely Cruz Barrada[5]
Jorge Carlos Menezes Nascimento Junior[6]

RESUMO: O presente artigo buscou compreender as percepções de estudantes admitidos a cotas para Pessoa com Deficiência (PcD) acerca do processo de ingresso e permanência em uma universidade pública da região amazônica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, realizada com quatro acadêmicos dos cursos da área da saúde da Universidade do Estado do Pará (UEPA), ingressantes por meio da política de cotas. Os dados foram obtidos por entrevistas individuais, submetidos à análise de conteúdo de Bardin, com apoio da ferramenta AnaQuali na organização das categorias temáticas. Os resultados evidenciaram fragilidades no processo de ingresso, relacionadas à insuficiência de informações nos editais, prazos reduzidos, desorganização administrativa e barreiras institucionais. Em contrapartida, os participantes destacaram o acolhimento respeitoso da banca de validação, embora tenham apontado a necessidade de maior apoio especializado, adaptações pedagógicas, ampliação da divulgação das políticas de cotas e capacitação docente. Conclui-se que, apesar de as ações afirmativas ampliarem o acesso ao ensino superior, a efetivação da inclusão depende do fortalecimento de políticas institucionais voltadas à acessibilidade, permanência, acompanhamento acadêmico e promoção de condições equitativas para estudantes com deficiência.

Palavras-chave: Políticas Afirmativas. Pessoa com deficiência. Ensino Superior.

[1]Graduando em Fisioterapia e autor principal. Universidade do Estado do Pará (UEPA). Pará, Brasil.
[2]Graduanda em Fisioterapia e autora, Universidade do Estado do Pará (UEPA). Pará, Brasil.
[3]Graduanda em Fisioterapia e coautora. Universidade do Estado do Pará (UEPA). Pará, Brasil.
[4]Graduanda em Fisioterapia e coautora. Universidade do Estado do Pará (UEPA). Pará, Brasil.
[5]Graduanda em Fisioterapia e coautora. Universidade do Estado do Pará (UEPA). Pará, Brasil.
[6]Orientador. Doutor em Ensino em Saúde na Amazônia, Professor Assistente da Universidade do Estado do Pará (UEPA)

ABSTRACT: This article sought to understand the perceptions of students admitted under the quota for people with disabilities (PwD) regarding the processes of admission to and retention at a public university in the Amazon region. This is a qualitative, descriptive, and exploratory study conducted with four students enrolled in health-related programs at the State University of Pará (UEPA), who were admitted through the quota policy. Data were collected through individual interviews and analyzed using Bardin's content analysis method, with the AnaQuali tool used to organize the thematic categories. The results revealed weaknesses in the admission process related to insufficient information in the call for applications, tight deadlines, administrative disorganization, and institutional barriers. On the other hand, the participants highlighted the respectful reception they received from the admissions committee, although they pointed out the need for greater specialized support, pedagogical adaptations, wider dissemination of quota policies, and faculty training. It can be concluded that, although affirmative action measures expand access to higher education, the realization of inclusion depends on strengthening institutional policies focused on accessibility, retention, academic support, and the promotion of equitable conditions for students with disabilities.

Keywords: Affirmative Action Policies. People with Disabilities. Higher Education.

RESUMEN: El presente artículo ha tenido como objetivo comprender las percepciones de los estudiantes admitidos mediante la cuota para personas con discapacidad (PcD) sobre el proceso de acceso y permanencia en una universidad pública de la región amazónica. Se trata de una investigación cualitativa, descriptiva y exploratoria, realizada con cuatro estudiantes de carreras del área de la salud de la Universidad Estatal de Pará (UEPA), admitidos a través de la política de cuotas. Los datos se obtuvieron mediante entrevistas individuales, sometidas al análisis de contenido de Bardin, con el apoyo de la herramienta AnaQuali para la organización de las categorías temáticas. Los resultados pusieron de manifiesto debilidades en el proceso de ingreso, relacionadas con la falta de información en las convocatorias, plazos reducidos, desorganización administrativa y barreras institucionales. Por otro lado, los participantes destacaron la acogida respetuosa por parte del comité de validación, aunque señalaron la necesidad de un mayor apoyo especializado, adaptaciones pedagógicas, una mayor difusión de las políticas de cuotas y capacitación docente. Se concluye que, aunque las medidas de acción afirmativa amplían el acceso a la educación superior, la inclusión efectiva depende del fortalecimiento de políticas institucionales orientadas a la accesibilidad, la permanencia, el seguimiento académico y la promoción de condiciones equitativas para los estudiantes con discapacidad

Palabras clave: Políticas de acción afirmativa. Personas con discapacidad. Educación superior.

INTRODUÇÃO

A educação de ensino superior no Brasil vivencia uma transformação no perfil de estudantes ao longo do tempo, que ocorreu por meio da democratização do acesso e implementação de políticas afirmativas que garantem a educação como um direito universal e dever do Estado, conforme previsto na Constituição Federal (BRASIL, 1988; SOUZA TS, et al.,2024). Nesse sentido, a Lei 12.711/2012 retrata um marco histórico, visto que o Estado passa a agir contra as discriminações relacionadas a determinados grupos não somente coibindo

comportamentos preconceituosos, mas de modo afirmativo, atuando também para promover reparação histórica por meio do estabelecimento que 50% das vagas em universidades e instituições federais devem ser destinadas para estudantes provenientes de escolas públicas, com um percentual destinado a negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência (BRASIL, 2012; SILVA JR, 2022).

Entretanto, é válido destacar que a garantia do acesso às instituições de ensino superior, por meio de políticas afirmativas, não é suficiente e não deve ser confundida como permanência e continuidade de grupos historicamente excluídos, como as pessoas com deficiência (VALENTE LEF, 2020; SOUZA TS, et al.,2024). Logo, apesar do direito à educação desse grupo minoritário ser amplamente reconhecido e amparado por lei, a ausência de políticas institucionais mais abrangentes, insuficiência de recursos necessários para garantir esse acesso de forma plena, assim como compreensão de que essas adversidades partem de um processo histórico de exclusão estrutural impactam significativamente para possibilidade de uma ineficaz implementação e efetivação dessas ações afirmativas (LOPES BORGES R e DA SILVA AM, 2025).

Sob essa perspectiva, é válido destacar que a Lei nº 13.146 define a pessoa com deficiência como aquela que possui impedimentos a longo prazo e que, em interação com impedimentos e barreiras sociais, pode ser levada à restrição de sua participação plena na sociedade. Além disso, a lei supracitada assegura o direito do indivíduo com necessidades especiais à educação em um sistema inclusivo, especializado e gratuito em todos os níveis e aprendizados ao longo da vida, sendo reforçada e garantida também pela Lei de Cotas. No entanto, apesar de representar um marco jurídico para inclusão educacional, a vivência acadêmica de PcDs no ensino superior ainda é atravessada por desafios significativos (SOARES AB, et al.,2025; SANTOS ERV, et al.,2024).

Ademais, observa-se que dificuldades podem ser descritas e perduram até o presente momento, como a insuficiência de recursos didáticos acessíveis — como materiais em Braille, tecnologias assistivas e adaptações específicas — bem como a inadequação da infraestrutura física, evidenciada pela ausência de adaptações arquitetônicas que garantam mobilidade, autonomia e pleno acesso aos espaços acadêmicos. Além disso, é válido salientar as fragilidades na comunicação e articulação entre docentes, discentes, gestores e demais membros da comunidade universitária, que pode comprometer a efetivação dos direitos educacionais desse grupo (COSTA AC, 2024). Com isso, nota-se que existem barreiras que vão além das

arquitetônicas, assim como consegue-se analisar que acessibilidade não pode ser vista somente pelo ponto de vista da arquitetura ou físico, é necessário ter uma visão mais ampla englobando eliminação de barreiras pedagógicas, sobretudo, atitudinais (MACÊDO CR, et al.,2024).

Nessa perspectiva, evidencia-se a importância de pesquisas que possibilitem a abordagem da expressão individualizada de modo mais abrangente por meio de comentários redigidos pelos respondentes, permitindo a compreensão mais aprofundada de experiências e desafios enfrentados pelos estudantes, na intenção de dar voz aos participantes das pesquisas e buscar, na subjetividade, a profundidade que a pesquisa de cunho quantitativa sozinha não consegue proporcionar (ALMEIDA VS, 2023; DUARTE LD, 2021).

E ainda, diante da relevância das políticas de ações afirmativas no cenário educacional brasileiro, especialmente no contexto de desigualdades históricas e regionais, torna-se imprescindível analisar as percepções dos acadêmicos cotistas da cota para Pessoa com Deficiência (PcD), sobre sua inserção no ensino superior público na Amazônia. Logo, compreender essas experiências pode subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficazes, voltadas à inclusão, permanência e sucesso acadêmico desses estudantes. Nesse sentido, este estudo busca responder à seguinte questão norteadora: quais são as percepções dos acadêmicos cotistas PcDs acerca do ingresso em uma universidade pública situada na região amazônica?

MÉTODOS

Este estudo possui abordagem metodológica qualitativa, descritiva e exploratória. A amostra foi formada por 4 acadêmicos dos cursos de medicina, fisioterapia, enfermagem e educação física da Universidade do Estado do Pará (UEPA), campus XII. Nesse sentido, participaram do campo amostral acadêmicos que estavam cursando o segundo e quarto semestre dos cursos supracitados e que ingressaram na instituição de ensino superior por meio da cota para Pessoa com Deficiência (PcD), com o intuito de compreender as percepções dos alunos PcD's dos cursos da área da saúde sobre o processo de ingresso e permanência no ensino superior por meio de políticas afirmativas.

A pesquisa deriva de um Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), e foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) e aprovada através do Parecer de n°7.572.573.

A coleta de dados consistiu na realização de entrevistas individuais, devido à baixa adesão dos participantes da cota PcD ao estudo, tendo o intuito central de compreender a

percepção dos acadêmicos cotistas em relação ao processo de validação da reserva de vagas. Essa limitação pode estar associada a barreiras institucionais, comunicacionais e/ou atitudinais, indicando a necessidade de estratégias mais inclusivas e acessíveis para garantir maior engajamento desse grupo.

Nesse contexto, as entrevistas foram conduzidas a partir de um roteiro de perguntas semiestruturadas, em uma sala previamente reservada nas dependências da universidade, com duração média de 60 minutos cada, em agendamento individualizado conforme a disponibilidade dos participantes, e foram gravadas em áudio mediante consentimento dos participantes.

Ademais, sua análise de dados foi fundamentada na técnica de análise de conteúdo de Bardin, que objetiva interpretar sistematicamente mensagens e textos. Logo, esse método foi desenvolvido em três etapas, sendo elas: 1. pré análise - na qual será organizado o material principal para a posterior definição dos objetivos almejados a partir dele; 2. exploração do material - na qual há a codificação das informações obtidas em unidades de análise; 3. tratamento dos resultados e interpretação - onde os dados retidos serão avaliados por meio do referencial teórico reunido. Além disso, os dados obtidos foram avaliados pelo método Análise de Conteúdo de Bardin, com o auxílio da ferramenta de Inteligência Artificial ChatGPT 5.0, por meio de um GPT (diálogo especializado dessa IA) chamado AnaQuali, na organização das informações e sugestões de categorias. As demais fases do método, como: análise crítica, interpretativa e final foram realizadas pelos pesquisadores.

Os pesquisadores informam que, durante a etapa de análise dos dados, foi utilizada Inteligência Artificial Generativa exclusivamente como ferramenta de apoio à organização do corpus textual, sistematização de trechos das falas dos participantes em tabelas e sugestão inicial de categorias analíticas com base nos critérios de recorrência e relevância, conforme as etapas previstas na Análise de Conteúdo de Bardin. Todas as etapas realizadas com auxílio da ferramenta foram posteriormente revisadas e validadas pelos pesquisadores. Algumas categorias temáticas sugeridas foram incorporadas ao estudo, enquanto outras foram modificadas ou substituídas a partir da análise crítica e interpretativa dos dados. Ressalta-se que a interpretação dos resultados, a construção da discussão científica e a redação final do manuscrito foram conduzidas exclusivamente pelos autores, sem utilização da Inteligência Artificial (JUNIOR JCMN, et al., 2026).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio da realização das entrevistas individuais aos quatro participantes cotistas da cota PcD foram aplicadas perguntas norteadoras relacionadas ao seu ingresso na universidade, além do processo na banca de validação de autodeclaração para PcD, acolhimento institucional, permanência e vivências acadêmicas. As falas obtidas foram gravadas com consentimento prévio, sendo posteriormente transcritas, organizadas e analisadas com auxílio da ferramenta AnaQuali, permitindo a sistematização dos dados qualitativos em categorias temáticas de análise. Dessa forma, foi possível identificar e compreender as principais percepções, experiências e sobretudo, desafios relatados pelos participantes acerca das cotas PcD no contexto de uma universidade pública amazônica. A seguir, apresentam-se as perguntas realizadas e os resultados mais relevantes identificados:

(Quadro 1.) Primeira pergunta das entrevistas individuais

Pergunta	**Categoria Temática**	**Exemplos de fala**
"Como foi a sua experiência de matrícula na universidade, considerando a clareza de informações, documentos solicitados e prazos do edital?"	Prazos curtos e desorganização institucional	1. *"Eu achei bem fácil a pré-matrícula, pelo menos no site foi bem rápido, mas o que eu achei que deixou um pouco a desejar foi os prazos previstos no edital [...] eles deixaram lá que iam soltar segunda chamada no dia 23 de fevereiro e soltaram no dia 20, e isso já bagunçou um pouco a rotina."* 2. *"Foram só alguns dias e aí foi toda aquela correria [...] eu cheguei aqui na UEPA era oito - oito e meia da manhã e saí daqui quase duas e pouco da tarde quando tava fechando."* 3. *"Eu descobri que eu estava na lista muito tarde... então foi tudo muito corrido demais, foi tudo nas pressas e por não saber, né, que eu estava na lista de concorridos."*
	Falta de clareza documental e acessibilidade no processo	1. *"Eles apenas citam, por exemplo, na minha categoria que é pessoa com deficiência, pode ser um laudo [...] e documentações complementares. Essas documentações complementares 'Podem ser o quê?'."* 2. *"Pediam muita coisa, mas não em específico, sabe?"* 3. *"Não explicaram onde ficava 'ah, aqui fica o bebedouro, aqui é a cantina' [...] só deixaram a gente na fila e espera a tua vez."*

Fonte : DUO GS et al., 2026

Em relação à primeira pergunta do roteiro, pode-se observar por meio dos relatos dos participantes da pesquisa que o processo de matrícula na universidade foi marcado por prazos

exíguos e desorganização de cunho institucional. Ademais, fragilidades no planejamento e na gestão dos processos administrativos, clareza do edital e organização dos horários de atendimento foram destacadas, impactando em prolongados períodos de espera durante as bancas de validação da autodeclaração de PcD.

Nesse sentido, o estudo de Trevizan S e Zellioto DM (2023) ressalta como a negligência e ausência de orientações claras sobre a condução dos processos seletivos e de matrícula pode contribuir e reforçar barreiras institucionais, evidenciando a necessidade de políticas que promovam não apenas o acesso, mas também a equidade e a acessibilidade em todas as etapas do ingresso ao ensino superior. Nesse viés, o edital é o ato administrativo que normatiza e fixa as condições de realização e participação dos candidatos em todo o processo, uma vez que tudo que estiver disposto nele deve ser rigorosamente cumprido. No entanto, quando há alterações organizacionais e programáticas, sejam pequenas ou grandes, podem gerar insegurança, dificuldades e prejuízos ao planejamento dos candidatos, assim como foi exposto no quadro 1. (PAIGAME A e PRIETRO RG, 2024).

(Quadro 2.) Segunda pergunta das entrevistas individuais

Pergunta	**Categoria Temática**	**Exemplos de fala**
"Como você avalia a etapa de passagem pela banca de validação de autodeclaração para PcD ?"	Atendimento respeitoso e acolhedor na banca	1. *"Eles leram, folhearam tudo e depois disseram que eu estava... que eu era muito bem-vinda à UEPA."* 2. *"Eles tiveram cuidado. Apesar da demora na fila, que foi muito cansativa, eu senti uma inclusão sobre eles."* 3. *"Foi bem rápido, bem tranquilo. Não teve tantos problemas."*
	Fragilidade organizacional e burocrática	1. *"A única coisa estranha que aconteceu é que sumiram com documento meu."* 2. *"Talvez eu pudesse ser negada se eu não trouxesse toda a documentação adequada."* 3. *"A parte eliminatória poderia ser um pouquinho mais facilitada [...] se tiver faltando, poderia dar um prazo."*

Fonte : DUO GS et al., 2026

Os discursos dos estudantes apresentados no Quadro 2 evidenciam o caráter inclusivo, respeitoso e acolhedor desempenhado pela banca avaliadora de autodeclaração de pessoas com deficiência (PcD) da universidade, demonstrando a relevância de práticas institucionais humanizadas durante o processo de ingresso ao ensino superior. Entretanto, assim como

observado no Quadro 1, persistem fragilidades relacionadas à organização e ao planejamento das etapas de atendimento e avaliação desses estudantes, evidenciando uma discrepância entre a proposta institucional de inclusão e sua operacionalização prática.

Nessa perspectiva, os achados corroboram com o estudo de Dias LS e Klen ER (2021), o qual evidencia que as atividades de acolhimento exercem um papel fundamental no processo de ambientação universitária, sobretudo quando associadas à participação ativa das coordenações de curso e ao fortalecimento das relações interpessoais. A construção de vínculos pautados em uma postura acolhedora, flexível e acessível contribui para a percepção de um ambiente acadêmico menos ansiogênico e mais favorável à integração estudantil. Dessa forma, embora os participantes deste estudo tenham reconhecido o acolhimento promovido pela banca avaliadora, as fragilidades organizacionais identificadas demonstram que a efetivação da inclusão depende não apenas de relações humanizadas, mas também da implementação de estratégias institucionais bem estruturadas, capazes de assegurar um processo de ingresso acessível, eficiente e alinhado às necessidades específicas dos estudantes com deficiência.

(Quadro 3.) Terceira pergunta das entrevistas individuais

Pergunta	**Categoria Temática**	**Exemplos de fala**
"Como você avalia o seu desempenho acadêmico comparado a alunos não cotistas?"	Impacto da deficiência e do esgotamento na aprendizagem	1. *"Eu sou uma pessoa autista e eu tenho um nível diferente de cansaço e de esgotamento de uma pessoa neurotípica."* 2. *"Eu sinto que meus colegas conseguem chegar em casa e estudar muito mais do que eu."* 3. *"No geral eu fico tão cansada que só consigo ler o livro e é isso."*
	Metodologias ativas como estratégia de inclusão	1. *"Aqui é adotada a metodologia ativa [...] e eu acho que isso ajudou demais."* 2. *"Eu posso aumentar a fonte da letra do site e isso inclui bastante."* 3. *"Me ensinou a trazer o que eu estudo falando, expondo ali no meio dos meus colegas."*

Fonte : DUO GS et al., 2026

As falas dos participantes apresentadas no Quadro 3 evidenciam que as particularidades inerentes às diferentes deficiências exercem influência direta sobre a qualidade de vida, a participação acadêmica e o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. Esses achados

reforçam que as demandas desse público extrapolam a dimensão estritamente pedagógica, uma vez que aspectos físicos, cognitivos, sociais e funcionais podem interferir significativamente na trajetória acadêmica e na permanência no ensino superior.

Nessa perspectiva, os resultados encontrados convergem com o estudo de Macena BS e Souza SV (2022) ao evidenciar que cada estudante possui características, ritmos e interesses de aprendizagem próprios, o que demanda a construção de contextos educacionais que considerem a diversidade como elemento central do processo formativo e valorizem as especificidades e potencialidades individuais. Sob esse prisma, o estudo de Soares AB et al. (2025) destaca a importância de práticas pedagógicas pautadas na inclusão, no qual as abordagens tenham caráter estimulador, desafiador e compromissado com o desenvolvimento de competências e aprendizado. Dito isso, observa-se uma correlação entre o processo de inclusão educacional e de ensino-aprendizagem mais ativo para os alunos, no qual se destaca, com resultados positivos no engajamento estudantil, a metodologia ativa por meio da aprendizagem baseada em problemas, o ensino híbrido e a gamificação. No entanto, embora essas estratégias favoreçam a participação e a aprendizagem significativa dos estudantes com deficiência, sua implementação ainda enfrenta desafios estruturais, tecnológicos e pedagógicos, no qual pode-se citar os recursos tecnológicos acessíveis e a formação docente contínua. (JUNIOR SAM, et al., 2025).

(Quadro 4). Quarta pergunta das entrevistas individuais

Pergunta	**Categoria Temática**	**Exemplos de fala**
"Na sua opinião, o que poderia ser melhorado no sistema de cotas da universidade para garantir mais equidade e apoio aos estudantes?"	Ampliação das cotas e maior divulgação das políticas	1. "*Acho que deveria ter no mínimo duas vagas, porque a comunidade com deficiência ela não se resume...*" 2. "*Eu não sabia que tinha uma cota definida ao PcD.*" 3. "*Divulgar mais sobre essas cotas, notas de corte, como funcionam as perícias ajudaria bastante.*"
	Necessidade de apoio especializado e adaptações pedagógicas	1. "*Dar mais informação aos professores sobre esse determinado indivíduo para que ele possa ser tratado com qualidade.*" 2. "*Mais capacitação pros professores.*" 3. "*Falta um responsável voltado para cotas, tipo: 'Nossa, precisa de ajuda? Fala comigo'.*"

Fonte : DUO GS et al., 2026

Por meio dos relatos dos estudantes descritos no quadro 4, evidencia-se a permanência de desafios relacionados à informação e acessibilidade tanto no ingresso quanto para a

continuidade desse público na IES. Nessa perspectiva, os achados convergem com o estudo de Souza TS et al. (2024), ao demonstrar que a ausência de orientações sistematizadas e de estratégias institucionais de apoio contribui para a manutenção de barreiras que dificultam a trajetória acadêmica dos estudantes. Diante da insuficiência de informações sobre os mecanismos de acesso ao ensino superior, muitos estudantes assumem individualmente a responsabilidade pela busca de orientações, sendo evidenciada no estudo e na presente pesquisa a necessidade de fortalecimento das ações institucionais voltadas à disseminação de informações acessíveis, à inclusão e ao acompanhamento contínuo dos estudantes, de forma a promover condições mais equitativas de ingresso, participação e permanência no ensino superior.

Além disso, nota-se também a demanda e necessidade de apoio especializado, adaptações pedagógicas e tecnológicas para os alunos cotistas da cota PcD. Dessa forma, resultados semelhantes foram encontrados no estudo De Oliveira ARP et al. (2024), que evidenciam a importância que o Atendimento Pedagógico Educacional Inclusivo (APEI), ofertado pelo NAE, desempenha no acolhimento, orientação e acompanhamento dos estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) e daqueles com transtornos funcionais, promovendo sua permanência e aprendizagem na IES. Entretanto, apesar da relevância desse suporte individualizado, persiste a necessidade do fortalecimento das atividades para capacitação docente para esse determinado público. O estudo de Maia KA e Salles AC (2023) destaca a falta de preparo e insegurança dos profissionais como um fator significativo para atuar, ministrar e auxiliar os alunos PcDs dentro do ambiente do ensino superior, uma vez que apesar dos docentes possuírem experiência no aspecto da formação na graduação e pós graduação, quando analisada sob a perspectiva da educação inclusiva, nota-se certa dificuldade para trabalhar com as especificidades de cada aluno, o qual impacta consequentemente no seu ensino-aprendizagem.

Além disso, ainda nesse panorama, os achados do estudo de Maia KA e Salles AC (2022) evidenciaram diferentes percepções dos docentes acerca da educação inclusiva. Enquanto uns destacaram a importância da busca contínua por atualização profissional, outros defenderam a necessidade de que cursos de formação sejam ofertados de forma obrigatória. Essa divergência ressalta as distintas perspectivas dos profissionais sobre os meios mais eficazes para promover a educação inclusiva. A defesa da obrigatoriedade pode ser interpretada como um indicativo da valorização da formação na perspectiva inclusiva; entretanto, suscita reflexões sobre se tal

medida contribuiria efetivamente para o engajamento dos professores ou se seria percebida apenas como mais uma exigência profissional. Nesse contexto, torna-se fundamental repensar os conceitos de "formação" e "capacitação", considerando que as necessidades docentes vão além da participação em cursos pontuais, envolvendo processos formativos contínuos.

CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa permitiram compreender as percepções, experiências e desafios vivenciados por estudantes cotistas das cotas de Pessoa com Deficiência (PcD) em uma universidade pública amazônica, evidenciando que, embora as políticas de ações afirmativas representem um importante mecanismo de democratização do acesso ao ensino superior, ainda persistem barreiras institucionais que comprometem a efetivação de uma inclusão plena e equitativa.

Os relatos dos participantes demonstraram que as fragilidades relacionadas à organização institucional, à insuficiência de informações nos editais, aos prazos reduzidos e às dificuldades administrativas impactam diretamente a experiência de ingresso desses estudantes. Por outro lado, também foi possível identificar aspectos positivos, especialmente no que se refere ao acolhimento humanizado promovido pela banca de validação de autodeclaração, evidenciando a importância das relações interpessoais respeitosas e acessíveis durante esse processo.

Além disso, os achados revelaram que a permanência acadêmica dos estudantes PcD é influenciada por fatores que extrapolam a dimensão pedagógica, envolvendo aspectos físicos, cognitivos, emocionais e funcionais que interferem no desempenho acadêmico e na participação universitária. Nesse contexto, estratégias como a utilização de metodologias ativas mostraram-se relevantes para favorecer o protagonismo estudantil, a participação e a aprendizagem significativa, embora sua efetividade ainda dependa do fortalecimento de recursos tecnológicos acessíveis, da infraestrutura institucional e da formação continuada dos docentes.

Ademais, a pesquisa evidenciou a necessidade de ampliar a divulgação das políticas de cotas, fortalecer as redes de apoio institucional e implementar ações permanentes de acompanhamento, acolhimento e suporte especializado aos estudantes PcD, desde o ingresso até a conclusão da graduação. Destaca-se, ainda, a importância da capacitação contínua dos professores e demais profissionais envolvidos, considerando as especificidades e singularidades desse público.

Por fim, conclui-se que, à luz das verdades aferidas neste estudo, a promoção da inclusão no ensino superior ultrapassa a garantia do acesso por meio das cotas, exigindo o compromisso institucional com a permanência, a participação e o sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência. Dessa forma, torna-se imprescindível o desenvolvimento de políticas e estratégias integradas que fortaleçam a equidade, a acessibilidade e a construção de ambientes universitários verdadeiramente inclusivos, capazes de atender às necessidades dos estudantes e assegurar uma formação acadêmica mais justa, humanizada e democrática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA VS. A lei de cotas: entendimento e percepção dos estudantes concluintes do ensino médio de escolas públicas estaduais de Ituiutaba-Mg. Cadernos da Fucamp. 2023; 22(56) 170–190.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012. Seção 1, p.1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm.

COSTA AC. Os desafios enfrentados por pessoas com deficiência nas universidades públicas. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), como parte dos requisitos para obtenção do título de Graduado, 2024.

DE PAIVA E OLIVEIRA AR, et al. Educação inclusiva no ensino superior: demandas formativas dos docentes da Universidade Estadual Do Norte Paraná (Uenp) – Campus Jacarezinho. Aracê. 2024; 6(4):18002-16.

DIAS LS, KLEN ER. Acolhimento aos ingressantes na Universidade Federal de Santa Catarina - Campus Florianópolis: percepção dos estudantes. Educação. 2021;46(1)1-19.

DUARTE LD. A percepção dos estudantes cotistas sobre os fatores que influenciam o desempenho acadêmico: o caso do curso de graduação em Ciências Biológicas da UFU – campus Umuarama. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Organizacional) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

JUNIOR, JCMN, et al. Anaquali: desenvolvimento de um assistente baseado em IA generativa para apoiar a análise de conteúdo de Bardin – um relato de experiência. Artefactum - revista de estudos interdisciplinares, [S. l.], v. 25, n. 3, 2026. DOI: 10.23900/artefactum.v25i3.2975.

JUNIOR SAM, et al. Metodologias ativas e inclusão educacional: sinergias e desafios. Rev. Foco. 2025; 18(2): e7814.

LOPES BORGES R, DA SILVA AM. Revisão da literatura sobre estudantes com deficiência na pós-graduação. Revista Brasileira de Pós-Graduação. 2025; 20(41) 1–24.

MACÊDO CR, et al. A inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior: possibilidades e desafios no acesso e permanência. Caderno Pedagógico. 2024; 21(1)3407–3424.

MACENA BS, SOUZA SV. O processo de ensino aprendizagem da criança com deficiência intelectual em uma Escola Municipal Rural de São Bento do Una-PE. Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação. 2022; 01(03) 101-124.

MAIA KA, SALLES AC. Educação inclusiva no ensino superior: formação e atuação docente. Cuadernos De Educación Y Desarrollo. 2023; 15(4), 2986–3004.

MAIA KA, SALLES AC. Percepção docente sobre a formação inclusiva no ensino superior. Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores. 2022; 14(31) 91–108.

PAGAIME A, PRIETO RG. Pessoas com deficiência e as cotas do Sisu: Mapeamento dos critérios de elegibilidade. Cadernos de Pesquisa, 2024; 54:e10610.

SANTOS ERV, et al. Acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior do Brasil. Revista Acervo Educacional. 2024; 6. p. e16992.

SILVA JR. Resultados não planejados e desafios atuais: uma análise dos 10 anos de cotas raciais na educação superior brasileira: IX CONGRESSO DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO / Apresentação Oral - Educação e Ciências Sociais. 2022

SOARES AB, et al. Adaptação acadêmica em universitários com deficiência. Aracê. 2025; 7(7):40885-40901.

SOUZA TS, et al. Percepções de estudantes com deficiência cotistas acerca do acesso na Universidade Federal De Goiás (Ufg). Revista Inter-Ação. 2024; 49(3)1513–1532.

TREVISAN S, ZILIOTTO DM. Políticas de inclusão de estudantes com deficiência nos institutos federais do Rio Grande do Sul. Educ. Pesqui, 2023; v. 49, e254398.

VALENTE LEF. Políticas públicas afirmativas no ensino superior: os desafios na percepção dos alunos cotistas após o ingresso em um curso de graduação de uma universidade pública. Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto de Educação à Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção-CE, 2020.